

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005264-39.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação**
Requerente: **CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES DO POVO LTDA**
Requerido: **EDITORA NET ALPH LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que desde agosto de 2014 vem recebendo insistentes ligações telefônicas da ré cobrando-a por contrato que teria celebrado com a mesma para divulgação de seus serviços na rede mundial de computadores.

Alegou ainda que nunca firmou ajuste dessa natureza e que com receio de ser inscrita perante órgãos de proteção ao crédito pagou à ré R\$ 1.000,00, mas as cobranças continuaram.

Almeja à declaração da nulidade de tal contrato, à devolução em dobro da quantia de R\$ 1.000,00 e ao ressarcimento dos danos morais que suportou.

Reputo de início que a hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Não assume importância relativamente ao tema o fato da relação contratual ter sido estabelecida com a autora enquanto pessoa jurídica porque ela seria a destinatária final do serviço avençado.

Nesse sentido já se decidiu que:

"O que qualifica uma pessoa jurídica como consumidora é a aquisição ou utilização de produtos ou serviços em benefício próprio; isto é, para satisfação de suas necessidades pessoais, sem ter o interesse de repassá-los a terceiros, nem empregá-los na geração de outros bens e serviços. Se a pessoa jurídica contrata o seguro visando a proteção contra roubo e furto do patrimônio próprio dela e não dos clientes que se utilizam dos seus serviços, ela é considerada consumidora nos termos do art. 2º do CDC" (STJ-3ª T, REsp 733.560, rel. Min. NANCY ANDRIGUI).

Essa orientação aplica-se *mutatis mutandis* à espécie porque pelo contrato trazido à colação o serviço supostamente ajustado importaria em benefício da autora e não de terceiros.

Assentada essa premissa, assinalo que as preliminares arguidas pela ré em contestação não merecem acolhimento.

Isso porque de um lado os documentos de fls. 118/119 são suficientes para que a autora possa demandar nessa sede e, de outro, a regra do art. 101, inc. I, do CDC, denota que este Juízo é competente para o processamento do feito.

Rejeito as prejudiciais, pois.

No mérito, a autora questiona a validade do contrato de fl. 99, enquanto a ré o toma como base para alicerçar a relação jurídica travada com a autora.

Cotejando as posições das partes, entendo que assiste razão à autora.

Com efeito, patenteou-se no documento de fl. 99 que Taís de Jesus teria subscrito o contrato em nome da autora, mas ela própria deixou claro ao depor em Juízo que a assinatura lá aposta não era sua.

Esse, todavia, não constitui o aspecto mais relevante da matéria posta a discussão, tendo em vista que conquanto se admita que Taís assinou o contrato isso é insuficiente para conferir-lhe validade.

Os documentos de fl. 16 evidenciam que ela foi funcionária da autora, atuando então apenas como instrutora teórica.

Já em seu depoimento foi ratificada a informação, acrescentando-se que no período da tarde cuidava da parte administrativa da autora como secretária (fazia o atendimento a clientes e marcava aulas para alunos).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Trabalhava como instrutora pela manhã.

Nessa mesma direção foi o depoimento de Osvaldo de Oliveira Gonçalves, representante legal da autora.

Diante desse cenário, é forçoso concluir que no mínimo a ré não tomou as cautelas necessárias ao elaborar o contrato de fl. 99, pois se o tivesse feito constataria que Taís de Jesus não tinha poderes para assinar contratos em nome da autora.

Aliás, por tal motivo ela declinou em Juízo que nunca representou a autora em qualquer tipo de contrato.

A conjugação desses elementos impõe a certeza de que deve ser proclamada a nulidade do contrato em apreço, na esteira da postulação vestibular.

Nem se diga que a circunstância da ré ter divulgado o nome da autora na rede mundial de computadores modificaria esse estado de coisas porque o vício de origem na contratação se sobrepõe a tanto, persistindo a falta de respaldo para a consecução dos serviços.

Quanto à devolução da quantia paga pela autora no importe de R\$ 1.000,00 (é relevante notar que a ré além de não negar tal recebimento chegou a taxar de "*corretos e legítimos*" os valores respectivos – fl. 77, terceiro parágrafo), transparece de rigor à minguada de apoio que lhe desse legitimidade, mas ela não se fará em dobro porque o Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou que "*a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, não prescinde da demonstração da má-fé do credor*" (Reclamação nº 4892-PR, rel. Min. **RAUL ARAÚJO**, j. 27.4.2011).

Na espécie vertente, não extraio dos autos dados consistentes que atestassem a má-fé da ré, de sorte que não terá aplicação a aludida regra.

Solução diversa aplica-se ao pleito de ressarcimento de danos morais.

Como o assunto concerne a pessoa jurídica, sabe-se que a indenização pertinente passa pela comprovação do abalo de sua imagem e há de ser precisa, como já decidiu o Egrégio Tribunal de Justiça:

"Já no que toca a indenização por danos morais, não se desconhece que a pessoa jurídica pode ser passível de sofrer abalo moral, tanto assim é que é o que dispõe a Súmula 227 do Superior Tribunal de Justiça: 'A pessoa jurídica pode sofrer dano moral'. Todavia, tratando-se de pessoa jurídica, o dano de natureza objetiva deve ser concreto, nada se presumindo a respeito" (TJ-SP, 3ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 0001925-07.2010.8.26.0220, rel. Des. **BERETTA DA SILVEIRA**, j. 31.07.2012).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

No mesmo sentido: Apelação nº 0123816-35.2008.8.26.0100.

Ora, não há nos autos nenhum dado concreto que indicasse que a autora por força do que lhe provocou a ré acabou por sofrer abalo em sua imagem perante terceiros.

Tocava-lhe fazer prova a respeito, na forma do despacho de fl. 132, parte final, só que ela não se desincumbiu satisfatoriamente desse ônus.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a nulidade do contrato celebrado entre as partes e a inexigibilidade do débito de R\$ 3.840,00 a cargo da autora, bem como para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 1.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do seu desembolso, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 05 de outubro de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA